

# INVESTIMENTO DIRECTO ESTRANGEIRO E O COMBATE À POBREZA EM MOÇAMBIQUE: UMA LEITURA A PARTIR DO INVESTIMENTO CHINÊS NA AGRICULTURA

Sérgio Chichava

## INTRODUÇÃO

Entre 1 e 3 de Setembro de 2010, a capital de Moçambique, Maputo, foi sacudida por uma série de manifestações populares violentas nas quais centenas de pessoas reclamavam da carestia de vida. As manifestações foram convocadas por anónimos através de mensagens de telemóvel, e, de acordo com dados oficiais, para além de avultados danos materiais, custaram a vida a mais de uma dezena de moçambicanos e feriram mais de uma centena (Expresso 2010).

Para além de Maputo, e embora sem a mesma intensidade, algumas regiões das províncias de Gaza e de Manica também foram atingidas (Notícias 2010). A população reclamava concretamente do aumento do preço do pão, da electricidade e do combustível. Era a segunda vez que o executivo de Armando Guebuza — presidente de Moçambique desde 2005 — era confrontado com manifestações populares reivindicando melhores condições de vida. A primeira havia sido em Fevereiro de 2008, e, tal como da segunda vez, o epicentro das manifestações fora a capital do país, com diversos danos materiais, dezenas de feridos e algumas detenções. Na altura, a subida do preço dos transportes privados semi-colectivos (conhecidos localmente por “chapas”), principal meio de transporte nas zonas urbanas em Moçambique, tinha sido a última gota (Público 2008). O preço do “chapa” passava de 5,00 Mts para 7,50 Mts

para uma viagem de até cinco quilómetros, custando 10,00 Mts acima disso (Notícias 2008). Num país em que uma parte significativa da população é desempregada e a maior parte (em idade economicamente activa, entre 15-64 anos) não tem emprego formal (cerca de 75% da população está no sector informal) ou, se tem emprego, aufer o salário mínimo<sup>1</sup>, e onde o número médio de membros num agregado familiar é de 4,8 pessoas, este aumento vinha asfixiar ainda mais a vida das famílias mais pobres.

Se, como resultado das manifestações de Fevereiro de 2008, o preço do “chapa” acabou por não sofrer nenhum aumento, confrontado com a crise de Setembro 2010, o governo adoptou algumas medidas de emergência, de entre elas a manutenção dos preços de energia, pão e arroz, o congelamento do aumento de salários e subsídios dos membros de conselhos de administração de empresas públicas ou com capital estatal maioritário, diversas restrições nas viagens aéreas para fora do país por parte dos quadros do Estado e acções visando fortalecer o metical, privilegiando-o nas transacções e pagamentos locais (CdM 2010).

Uma breve análise das manifestações deixa poucas dúvidas de que a principal razão que levou as pessoas a manifestarem-se foi a pobreza. Com efeito, um relatório do Ministério da Planificação e Desenvolvimento (MPD) lançado um mês após as manifestações de Setembro viria a confirmar que, apesar de ter havido alguns avanços em certos campos, nomeadamente na posse de bens duráveis, acesso à educação, saúde e habitação, a pobreza de consumo não tinha conhecido evolução positiva desde 2002/2003, altura da realização do último Inquérito aos Agregados Familiares (IAF02/03), em que tinha sido calculada em 54%. Pelo contrário, a situação tinha conhecido uma ligeira degradação em 0,6% (MPD 2010).

É interessante sublinhar que, ao longo dos seus dois mandatos (2005-2009; 2009-2014), Armando Guebuza definiu o combate à pobreza como principal desafio do seu governo, tendo multiplicado iniciativas com vista a lutar contra este flagelo, sem, no entanto, ter logrado sucessos tangíveis até ao momento. De entre estas iniciativas, pode mencionar-se a criação de um fundo oficialmente destinado a financiar o desenvolvimento local a nível distrital, inicialmente denominado “Orçamento de Investimento de Iniciativa Local (OIIL) e mais tarde conhecido por Fundo de Desenvolvimento Distrital (FDD). O fundo, conhecido como “sete milhões”, destinava-se, numa primeira fase, somente às zonas rurais e, posteriormente, em 2011, foi estendido

---

<sup>1</sup> Variável consoante os sectores, sendo o mais baixo na agricultura, 1315,00 Mts, e o mais alto na indústria transformadora, 1975,00 Mts.

às zonas urbanas. Também se pode referir a aposta em biocombustíveis, com destaque para o incentivo do cultivo da jatrofa, com o objectivo de reduzir o impacto negativo dos preços internacionais de petróleo na economia moçambicana.

Uma das apostas do Plano de Acção para a Redução da Pobreza 2011-2014 (PARP 2011-2014) é incentivar o investimento público e privado no sector agrícola, sobretudo em actividades com impacto directo e positivo na produção de alimentos. O PARP 2011-2014 conta concretamente com estes investimentos para estabelecer sistemas locais de produção de insumos, providenciar serviços e infra-estruturas básicas, em particular nas zonas com potencial produtivo (GdM 2011b, p.20). Espera-se que estes investimentos venham a contribuir para a dinamização do sector familiar, responsável por cerca de 90% da produção de culturas alimentares básicas do país (GdM 2011b, p.19).

O presente artigo, olhando para as características e tendências do IDE, em particular do investimento chinês na agricultura em Moçambique no período 2000-2011, irá discutir os desafios e constrangimentos que o Governo moçambicano terá de enfrentar para realizar este objectivo do PARP 2011-2014. É preciso sublinhar que a economia de Moçambique depende enormemente do IDE. Por exemplo, entre 2000 e 2008, este representou 46% do total do investimento realizado na economia moçambicana, enquanto o Investimento Directo Nacional (IDN) quedou-se apenas em 3% (Castel-Branco 2010, p.53)<sup>2</sup>. Portanto, em última instância, o padrão e as características do investimento em Moçambique são determinados pelo IDE.

Os dados usados para sustentar a presente análise são do Centro de Promoção de Investimentos (CPI). A escolha da China tem que ver com o facto de ser uma das chamadas “economias emergentes” que mais se comprometeu em investir na agricultura em África. Terá o IDE chinês na agricultura moçambicana as mesmas tendências e padrão em relação ao resto do IDE?<sup>3</sup>.

<sup>2</sup> A parte restante corresponde a empréstimos que servem tanto para o IDE assim como para o IDN.

<sup>3</sup> De realçar que se trata apenas de projectos de investimento submetidos ao CPI para aprovação, e não de todos os projectos de investimento daquele país em Moçambique durante o período em estudo. Isto porque a submissão de um projecto de investimento ao CPI para aprovação é opcional, pois a abertura e registo de uma empresa e subsequente obtenção do alvará de exercício de actividade, a partir do Ministério da Indústria e Comércio (MIC) ou dos órgãos locais do Estado e autarquias, é suficiente para fazer negócios em Moçambique (Decreto nº49/2004). A vantagem de submeter o projecto ao CPI é a obtenção de incentivos fiscais e aduaneiros consagrados na Lei de Investimentos (lei 3/93) e no Código dos Benefícios Fiscais (Decreto nº16/2002). Certamente que, para uma avaliação mais completa das tendências e do impacto do investimento chinês em Moçambique, seria necessária a análise conjunta dos dados de diferentes projectos de investimento chinês submetidos no mesmo período às diversas entidades acima

O artigo encontra-se organizado em duas partes. A primeira faz uma revisão sumária da concepção agrícola governamental presente nos Planos de Acção de Redução da Pobreza (PARPAs) desde o PARPA 2001-2005 ou PARPA I até ao PARP 2011-2014; a segunda discute o padrão e tendências do IDE na agricultura tendo como base o exemplo chinês.

## AGRICULTURA NOS PLANOS DE ACÇÃO DE REDUÇÃO DA POBREZA

O condicionamento à elaboração de um plano de acção contra a pobreza<sup>4</sup> para a concessão de ajuda ao desenvolvimento (alívio da dívida, acesso a empréstimos concessionais) pelo Banco Mundial e o Fundo Monetário Internacional a partir dos finais dos anos 1990 obrigou Moçambique a elaborar o seu primeiro programa de luta contra a pobreza em 2000, chamado localmente Plano de Acção para a Redução da Pobreza Absoluta (PARPA), e correspondente ao período 2001-2005.

O PARPA I tinha como objectivo essencial reduzir a incidência da pobreza absoluta (índice *headcount*) de 70% em 1997 até menos de 60% no ano 2005 e ainda menos de 50% para 2010. Eram considerados pobres absolutos aqueles que tinham “incapacidade de assegurar para si e os seus dependentes um conjunto de condições básicas mínimas para a sua subsistência e bem-estar, segundo as normas da sociedade” (GdM 2001, p.11).

Três das seis causas apontadas para estes altos níveis de pobreza diziam respeito, directa ou indirectamente, ao sector agrícola, nomeadamente a *baixa produtividade da agricultura familiar, a falta de oportunidades de emprego dentro e fora do sector agrícola; e o fraco desenvolvimento de infra-estruturas, em particular nas zonas rurais* (GdM 2001, p.2)<sup>5</sup>.

Não era pois surpreendente que a agricultura, associada ao desenvolvimento rural, fizesse parte das seis áreas consideradas prioritárias para a acção do governo juntamente com a educação, a saúde, o desenvolvimento de infra-estruturas básicas; a boa governação; e a gestão macroeconómica e financeira (GdM 2001, p.3).

---

mencionadas. Uma análise desta abrangência não foi possível presentemente, mas os dados fornecidos pelo CPI certamente fornecem uma importante indicação dos projectos chineses no país.

<sup>4</sup> Em inglês, *Poverty Reduction Strategy Paper* (PRSP).

<sup>5</sup> As outras três causas da pobreza dos moçambicanos apontadas no documento eram o crescimento lento da economia até ao começo da década de noventa; o fraco nível educacional dos membros do agregado familiar em idade economicamente activa, com maior destaque para as mulheres, e as elevadas taxas de dependência nos agregados familiares.

Na época (1997), dizia-se que, para além de contribuir para o produto interno bruto (PIB) em cerca de 30%, a agricultura ocupava cerca de 70% da população moçambicana, em particular nas zonas rurais. Ora, se a maior parte da população pobre vivia da agricultura e se situava nas zonas rurais, a pobreza era maior nas zonas rurais: 71,2% nas zonas rurais contra 62,0% no meio urbano, diferença colossal, porque, como referenciado, a maior parte da população moçambicana reside no campo. Por isso, o governo dizia que a sua acção iria incidir no estímulo e desenvolvimento do sector familiar, o que, em última instância, equivalia a desenvolver as zonas rurais (GdM 2001, p.125). Havia também consciência de que o fortalecimento do sector familiar só seria efectivo com um investimento importante em infra-estruturas (estradas, pontes, sistemas de irrigação entre outros), grande nó de estrangulamento dos camponeses na produção, escoamento e acesso aos mercados; com melhor e maior acesso a insumos e tecnologias de produção simples e de qualidade, e a serviços de extensão (GdM 2001).

É preciso salientar que a discussão dos objectivos agrícolas constantes no PARPA I se baseava explicitamente no primeiro Programa Nacional de Desenvolvimento Agrário (PROAGRI I) correspondente ao período 1998 – 2004.

Em 2003, estatísticas oficiais indicavam que o número de pobres absolutos tinha baixado para cerca de 54%, ou seja, de acordo com a definição que o PARPA I dava ao conceito de pobreza, este objectivo estava a ser atingido. Por isso, o PARPA II - 2006-2009 fixaria como objectivo reduzir este índice para 45% em 2009, sendo a pobreza entendida aqui como “*Impossibilidade por incapacidade, ou por falta de oportunidade de indivíduos, famílias e comunidades de terem acesso a condições mínimas, segundo as normas básicas da sociedade*” (GdM 2006, p.8), uma modificação ligeira em relação à concepção de pobreza absoluta constante no PARPA I, para incluir a falta de oportunidades como uma das causas da pobreza.

É importante sublinhar que o presidente Guebuza não parecia considerar a falta de oportunidades como uma das causas da pobreza em Moçambique, mas sim a incapacidade motivada pelo medo de ser rico por preguiça, ausência de auto-estima, de criatividade, inveja e intriga. Segundo ele, esta mentalidade “miserabilista” assentaria em razões morais ou em crenças que consideram que ser rico é imoral e que ser pobre é uma fatalidade (Brito 2010; Chichava 2010b).

À semelhança do PARPA I, o PARPA II mantinha as seis áreas consideradas pelo primeiro plano como prioritárias para o desenvolvimento do país. Embora sem um enfoque especial na agricultura, continuava a considerar-se o desenvolvimento da agricultura como crucial para a redução da pobreza, sobretudo no meio rural. Os

obstáculos do sector agrícola observados no PARPA I, bem como as alternativas preconizadas com vista a ultrapassá-los, continuavam essencialmente os mesmos. Novamente à semelhança do PARPA I, a visão do Governo sobre o sector agrícola era um decalque da segunda fase do PROAGRI, correspondente ao período 2005-2009. Todavia, até ao final do PARPA II, este ambicioso objectivo não tinha sido atingido. Mais grave ainda, um relatório publicado um mês após as manifestações de Setembro de 2010 afirmava que a situação da pobreza (absoluta ou de consumo) não tinha conhecido nenhuma evolução desde 2003, tendo mesmo aumentado em algumas províncias (MPD 2010).

As três causas apontadas pelo governo para esta situação têm que ver directa ou indirectamente com a ineficiência do sector agrícola moçambicano e a sua vulnerabilidade a choques externos, sobretudo no que diz respeito à produção alimentar, nomeadamente (i) Baixas taxas de crescimento na produtividade agrícola, observadas nos TIA<sup>6</sup> realizados desde 2002 na componente da produção de culturas alimentares; (ii) choques climáticos que influenciaram a colheita de 2008, particularmente nas províncias do Centro; (iii) termos de troca agravados devido a grandes aumentos nos preços internacionais de alimentos e combustíveis. Os preços dos combustíveis, em particular, aumentaram substancialmente durante o período de 2002/03 a 2008/09 (MPD 2010).

Para além disso, o acesso e uso de tecnologias melhoradas e de qualidade (pesticidas e fertilizantes, por exemplo) por parte dos pequenos camponeses (sector familiar), ou seja, por parte daqueles que mais produzem no sector agrícola — uma das grandes apostas do Executivo moçambicano presente no PARPA I e II —, para além de permanecer extremamente baixo, estava a decrescer continuamente. De acordo com o relatório do MPD (MPD 2010, p.50) “*de 2002 a 2008, a proporção de famílias a receber informação sobre a extensão evidencia um decréscimo de 13,5% para 8,3%. Da mesma maneira, o uso de pesticidas diminui de 6,8% para 3,8%*”.

Este fraco acesso e uso de tecnologias agrárias deve-se, segundo o PEDSA 2008-2019, à falta de conhecimento sobre o seu uso, à sua limitada oferta e poder de compra dos camponeses, e fraca cobertura dos serviços de extensão, ligada à deficiente interacção com os serviços de pesquisa (MINAG 2010).

Em consequência disso, lidar com as dificuldades do sector agrícola já identificadas no PARPA I e II e não resolvidas era a tarefa do terceiro plano de acção contra a pobreza. Embora mantendo a mesma concepção de pobreza constante no PARPA II,

---

<sup>6</sup> Trabalho de Inquérito Agrícola.

a terceira estratégia para a redução da pobreza no período 2011-2014, diferentemente das anteriores, deixou de conter a palavra “*absoluta*”, passando a designar-se simplesmente por Plano de Acção de Redução da Pobreza (PARP 2011-2014), e tem como ambição reduzir o índice de pobreza de 54,7% para 42% em 2014.

De acordo com o governo, este objectivo só “*é possível com um investimento na agricultura que possa aumentar a produtividade do sector familiar, diversificação da economia, criando emprego e ligações entre os investimentos estrangeiros e a economia local, apoio às Micro, Pequenas e Médias Empresas (MPME’s), desenvolvimento humano e social*” (GdM 2011b, p.10).

Portanto, diferentemente dos dois anteriores planos, o PARP 2011-2014 tem um enfoque especial na agricultura, considerando-a de forma explícita a solução do problema da pobreza em Moçambique. Mas para que tal aconteça, espera-se que a agricultura cresça, em média, cerca de 10,8% ao ano durante o período 2011-2014, num contexto em que a economia moçambicana irá crescer anualmente cerca de 7,7% (GdM 2011b, pp.10 – 11) e não seja afectada pelo impacto negativo do preço dos combustíveis.

Paradoxalmente, e embora reconhecido o seu impacto negativo na economia e na agricultura em particular, a questão dos combustíveis não tem nenhum tratamento no PARP 2011-2014. Aliás, esta questão não é discutida mesmo nos planos estratégicos da agricultura.

O PEDSA 2008-2019, — principal estratégia do governo para o sector agrícola — apenas fala da promoção do uso de recursos locais (i.e, de calcário, fosfato, guano, diatomites) para melhorar a qualidade dos solos, mas não explica nem discute as condições nem a maneira como se vai fazer tal promoção, ou as ligações aos outros sectores da economia. Por exemplo, como é que o país poderá usar parte da sua produção de gás natural e carvão mineral para apoiar o desenvolvimento da agricultura? De que maneira a indústria extractiva poderá ser usada para criar ligações com o resto da economia? Como é que a infra-estrutura que está sendo estabelecida graças ao investimento na indústria extractiva poderá ser usada para promover a agricultura? Numa altura em que previsões mostram que Moçambique pode vir a ser um dos maiores produtores e exportadores mundiais de gás natural e de carvão mineral, estas questões deveriam ter merecido um melhor tratamento no PEDSA.

Em relação aos combustíveis, é preciso sublinhar que uma das alternativas ensaiadas até aqui para mitigar o impacto negativo do preço dos combustíveis em Moçambique não deu o resultado esperado. Pelo contrário, em alguns casos, teve efeitos

perversos. Tome-se como exemplo a campanha de fomento do cultivo de jatrofa, iniciada pelo executivo de Armando Guebuza em 2006, sem visão e objectivos claros. Os camponeses responderam a este apelo sem hesitação. Contudo, volvido pouco tempo, a promoção do cultivo de jatrofa revelava-se um autêntico fracasso. Em 2008, notícias indicavam que, após cerca de três anos de intenso trabalho, os camponeses de Pebane, província da Zambézia, tinham abandonado o cultivo da jatrofa por falta de mercado (Canal de Moçambique 2008). Em 2011, os camponeses pediram ao presidente Guebuza para encontrar solução para as enormes quantidades de jatrofa por eles produzida, que não tinha mercado nem podia servir como alimento (Notícias 2011). Este exemplo mostra que a falta de uma estratégia ou de políticas de desenvolvimento claras no sector agrícola, articuladas com outros sectores da economia, é um dos principais problemas de que padece o sector.

A breve leitura dos três planos de acção contra a pobreza já elaborados em Moçambique mostra que os problemas e desafios que o sector agrícola enfrenta, assim como as acções preconizadas para a sua solução, não mudaram ao longo do período que vai do PARPA I até ao PARP 2011-2014. Conseguirá o PARP 2011-2014 encontrar uma solução para o desenvolvimento do sector agrícola?

## DESENVOLVER A AGRICULTURA COM BASE NO INVESTIMENTO DIRECTO ESTRANGEIRO?

Como já se disse, o executivo moçambicano aposta, entre outros, no IDE para dinamizar o sector agrícola, sobretudo no que diz respeito a actividades que contribuam directamente para a produção de alimentos.

Ora, os dados do CPI, mostram que, apesar de a agricultura, juntamente com os recursos naturais, terem sido os sectores que mais investimento atraíram no período 2000-2010, a maior parte do IDE realizado na agricultura não foi dirigido à produção alimentar, mas sim à exploração florestal (67%) e à produção de biocombustíveis (18%) (Castel-Branco & Mandlate 2012).

Esta tendência pode ser exemplificada olhando para os projectos de investimento chinês na agricultura moçambicana durante esse período. Com efeito, de entre os oito projectos autorizados, quatro estavam ligados ao sector agro-florestal, mais concretamente à exploração e comércio de madeira; dois estavam ligados à produção alimentar. O objecto dos restantes dois projectos (Xin Jian Companhia e Weng Chen Liao) não era indicado (ver Quadro 1).



**QUADRO 1 INVESTIMENTO CHINÊS NA AGRICULTURA MOÇAMBICANA (2000-2010)**

EMPRESA	OBJECTO	ANO	PROVÍNCIA	POSTOS DE TRABALHO PREVISTOS	IDE (\$)	TOTAL (\$)
Exploração, Transformação e Comércio de Madeira	Exploração e comércio de madeira	2001	Cabo Delgado	1803	400 000	63,699,600
União dos Trabalhadores de África (UTA)	Exploração e comércio de madeira	2003	Cabo Delgado	150	1,000,000	1,000,000
China Grains & Oils Group Corporation Africa (CGOG Africa) (a)	Plantio, distribuição, processamento e comércio de produtos agrícolas, cortes florestais, distribuição, processamento e relevante comércio, bem como turismo e transporte.	2005	Sofala	150	5 500 000	6,000,000
Biworld International Limited	Compra e venda de madeira, venda de diverso tipo de maquinaria industrial e agrícola, com importação e exportação.	2006	Tete	215	200,000	2,000,000
Xin Jian Companhia	*	2006	Zambézia	200	195 000	200,000
Hubei Liafeng Mozambique	Importação e comercialização de máquinas industriais e equipamentos agrícola e de adubos e outros produtos químicos para agricultura; Desenvolvimento de actividades agrícolas, nomeadamente a produção de todo o tipo de cereais, legumes e vegetais, produção de animais de pequena espécie, entre outros.	2007	Gaza	6	1200000	1,200,000
Weng Chen Liao	*	2009	Sofala	60	60 000	60 000
Sunway International Mozambique LDA	Produção e processamento industrial de amendoim e gergelim	2010	Nampula	50	500 000	500 000

FONTE CPI-2000-2010

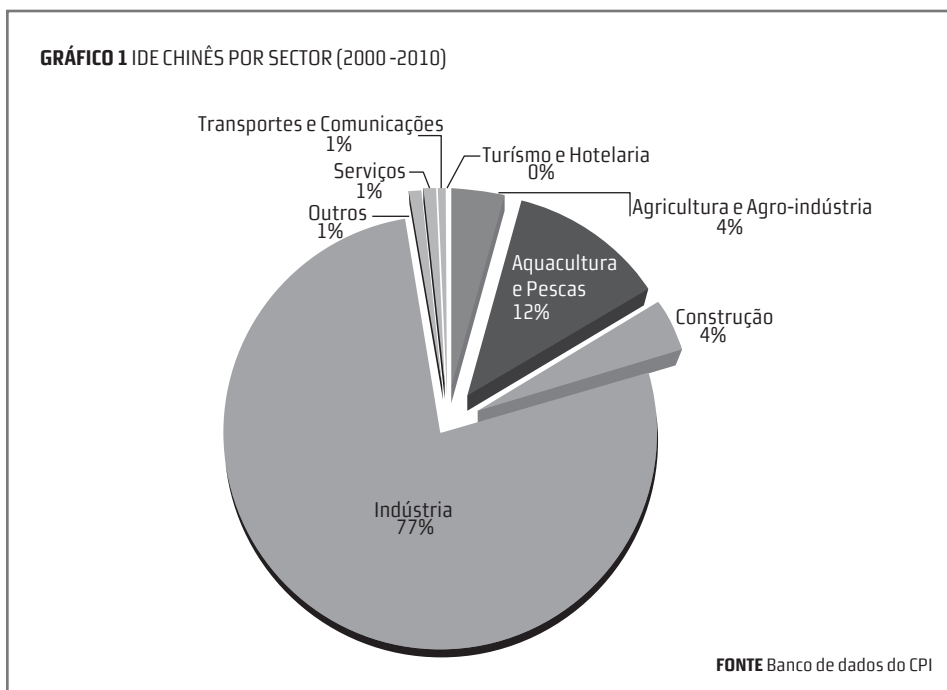
**NOTA**

[\*] Desconhecido.

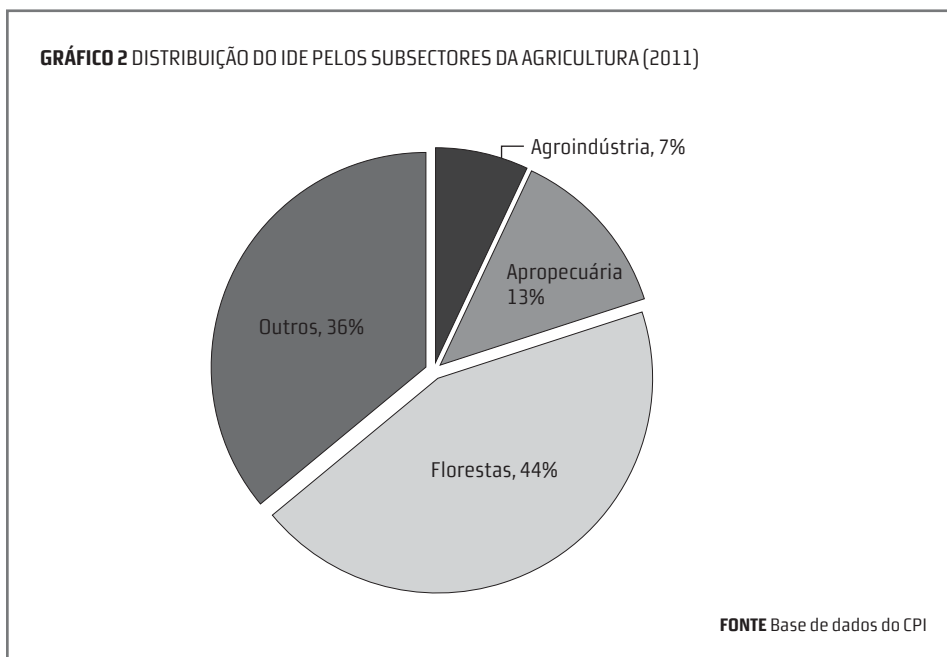
Importa também referir que dois dos oito projectos autorizados nunca chegaram a arrancar. Trata-se do projecto da China Grains and Oils Group Corporation

Africa, (CGOG África), uma associação entre a empresa chinesa China Grains and Oils Group Corporation e a empresa moçambicana Aruangua Agro-Industrial, Limitada, que, por razões ainda por apurar, nunca chegou a entrar em funcionamento (CPI 2009). A Aruangua Agro-Industrial, Limitada, é uma empresa detida por empresários moçambicanos próximos da Frelimo, nomeadamente o famoso empresário Zaid Ali. Para além da agro-pecuária, tem como objecto o desenvolvimento de empreendimentos de hotelaria e turismo entre outros (Boletim da República nº 37, III Série 11 de Setembro de 2002). Se tivesse sido implementado, a CGOG África teria sido, de entre os projectos aprovados pelo CPI, o maior projecto de investimento chinês no sector agrícola no período em estudo. Outro projecto que nunca chegou a ser implementado é do Wen Cheng Liao, em virtude de não ter sido autorizado pelas autoridades moçambicanas. A razão avançada para esta situação “foi a suspensão de concessões de grandes extensões de terra para sua inventariação” (CPI 2009).

Em termos sectoriais, entre 2000-2010, a agricultura, a agro-indústria e a construção, com 4%, foram os sectores que menos investimento receberam, tendo grande parte do investimento chinês se concentrado na indústria transformadora, com 77%, seguido da aquacultura e pescas com 12% (ver Gráfico 1).



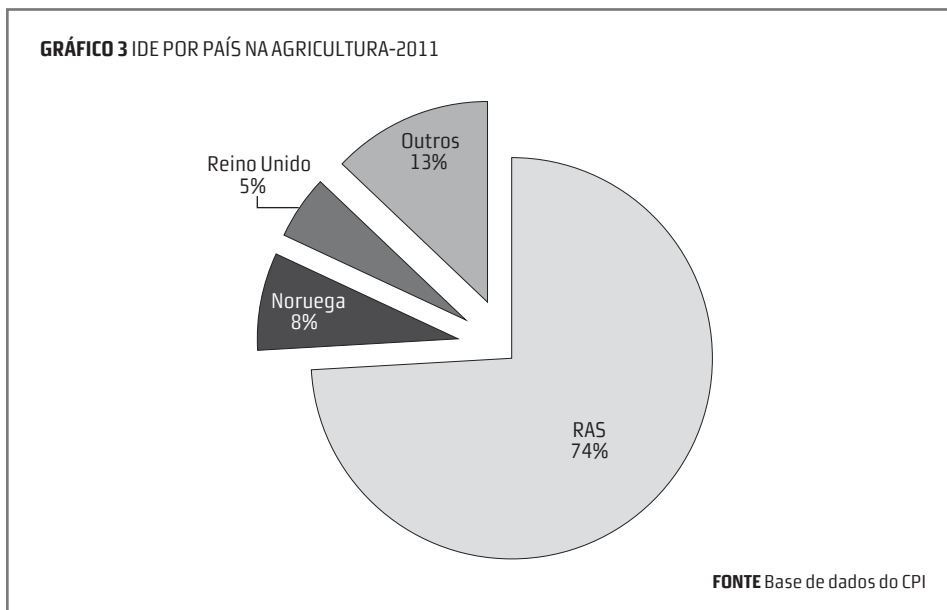
Portanto, o IDE chinês na agricultura moçambicana, para além de concentrar-se quase exclusivamente nas florestas, é bastante ínfimo. Olhando para os dados do CPI correspondentes a 2011, a situação não mostra nenhuma evolução. Com efeito, a maior parte do investimento neste sector dirigiu-se mais às florestas (44%) e a culturas de rendimento (36%), como são os casos de cana-de-açúcar e seda, por exemplo (Gráfico 2)<sup>7</sup>.



De salientar que, neste período, em termos de países, o investimento na agricultura foi dominado pela África do Sul, com 74%. Entretanto, o investimento sul-africano seguiu o mesmo padrão que o resto do investimento no sector agrícola, tendo 45% sido dirigido a culturas de rendimento e 41% às florestas. A Noruega foi o país que mais investiu na agricultura, depois da África do Sul, mas o seu investimento também não fugiu à regra, tendo sido dirigido às florestas. O IDE chinês na agricultura neste período foi de apenas 0.2%, tendo-se a maior parte (cerca de 85%) concentrado na construção.

<sup>7</sup> Neste gráfico, a rubrica “agropecuária” inclui todo o investimento relacionado com a produção alimentar e animal; “Outros”, todo o investimento em culturas de rendimento bem como a indústria a ela ligada, a “agro-indústria”, todo o investimento relacionado com infra-estruturas de processamento e comercialização agrícola.

No mesmo período, nenhum investimento foi dirigido à produção de insumos agrícolas (ver Gráfico 3).



As actuais características e padrão do IDE vêm pôr em causa a afirmação do governo segundo a qual os dados do CPI, referentes a 2011, mostram que os investimentos na agricultura e agro-indústria vão ao encontro da preocupação contida no Plano de Acção de Produção de Alimentos (PAPA), que preconiza o incentivo ou a aposta em atrair investimento interessado na produção de alimentos (Notícias 2012).

Estes dados não surpreendem quando se sabe que a madeira moçambicana tem como destino principal o mercado chinês, e é daqueles produtos cuja exploração tem sido motivo de grande controvérsia, com alguns segmentos da sociedade moçambicana a considerarem o negócio chinês de madeira em Moçambique uma autêntica pilhagem. Em 2006, numa lista dominada pelo Gabão, Moçambique fazia parte dos dez principais exportadores africanos de madeira para a China, rondando esta exportação os 90%. No seio da Comunidade dos Países da África Austral (SADC), só a Suazilândia estava acima de Moçambique (Canby *et al.* 2008). Em 2009, a madeira continuou a ter o mercado chinês como seu destino privilegiado (GdM 2011a).

Não se trata aqui de dizer que a aposta no sector madeireiro não pode conduzir à redução da pobreza. Trata-se, por um lado, de mostrar as tendências e características

actuais do IDE no sector agrícola moçambicano, e, por outro lado, de mostrar que a maneira como o investimento neste sector tem sido feito entra em contradição com o objectivo de reduzir a pobreza. É preciso salientar também que o que tem sido criticado não é o investimento em florestas em si, mas a maneira como este tem sido feito, com a cumplicidade da *burguesia compradora periférica* (no sentido dado por Poulantzas)<sup>8</sup> moçambicana, subordinada ao capital externo, sem respeito pela legislação sobre a matéria, exportando madeira não processada, explorando para além dos limites estabelecidos por lei, sem obviamente criar mais-valia senão para um punhado de indivíduos<sup>9</sup>.

Entretanto, se é possível confirmar certas tendências com base nos dados do CPI, conforme se disse, estes não captam toda a realidade sobre o investimento no país. Por exemplo, para além das mencionadas neste estudo, existem outras empresas chinesas cujo investimento não consta nos dados do CPI, porque foram registadas a nível local (província, autarquia) e que se dedicam à agricultura, em particular à exploração de madeira. Só para se ter uma ideia, pode citar-se o caso das cinco empresas chinesas (Green Timber limitada; Casa Bonita Internacional Limitada; ZHEN LONG Internacional, SENNYU, YZHOU, TONG FA) citadas no caso de tráfico de madeira em conluio com generais moçambicanos, cujos projectos de investimentos não passaram pelo CPI, mas sim pelo nível local<sup>10</sup>. Por exemplo, o pedido de concessão florestal da Green Timber Limitada, foi feito na Direcção Provincial de Agricultura de Manica (Boletim da República no 3, III Série, 23 de Janeiro de 2007). Além disso, dois sócios chineses da Green Timber Limitada aparecem em parceria com Paulo Muxanga, importante figura da Frelimo (antigo ministro dos Transportes e Comunicações e actual Presidente do Conselho de Administração da Hidroeléctrica de Cahora Bassa) como sócios da Ketpaca, Limitada, empresa também com interesse na exploração de madeira (Boletim da República nº 18, III Série, 30 de Abril de 2003). À semelhança da Green Timber Limitada, não se encontra nenhum traço da Keptaca, Limitada, nos dados do CPI. O mesmo se pode dizer da Casa Bonita Internacional, Limitada, cujo

<sup>8</sup> Conforme sua relação com o capital estrangeiro, a burguesia de um país pode ser dividida em três fracções: burguesia compradora, burguesia interna e burguesia nacional (Poulantzas 1978).

<sup>9</sup> Sobre este assunto ver (Chichava 2010a).

<sup>10</sup> A aliança com o capital estrangeiro tem sido uma das formas usadas pela nova burguesia moçambicana para se implantar no mundo de negócios em Moçambique e a aliança entre empresários chineses e a elite política moçambicana não constitui segredo. A mais conhecida e que mais polémica tem criado é a aliança no sector madeireiro. Contudo, há indicações de fortes ligações noutros sectores, com destaque para os recursos minerais. Pela sua importância, este assunto merece um estudo aprofundado que não constitui objecto do presente trabalho.

registo efectuado na Direcção Provincial da Agricultura em Nampula não é acessível através dos dados do CPI. Apesar de tudo, todos os dados permitem concluir que o IDE chinês na agricultura concentra-se maioritariamente na exploração madeireira.

## CONCLUSÃO

Ao longo das páginas precedentes, com o PARP 2011-2014 como pretexto, pretendeu-se, com base no tipo e estrutura de IDE chinês na agricultura moçambicana, verificar se ele se distinguiu do resto de IDE e se respondia de certa forma às pretensões do Governo em atrair maior investimento direccionado à produção de alimentos. Para além de nos informar sobre a situação real do sector, isto ajuda a discernir os desafios que se impõem ao Governo no que diz respeito à agricultura. Duas conclusões principais se impõem aqui. A primeira é a de que a produção de alimentos não é o foco central dos investimentos na agricultura; tal obriga obviamente o Governo a redobrar esforços para atrair investimentos interessados na produção alimentar, não apenas em florestas e biocombustíveis. Este esforço passa, entre outros, pela concepção de políticas visando incentivar directamente este tipo de investimento. A segunda é a de que o IDE chinês possui o mesmo padrão e tendências que o resto do IDE na agricultura moçambicana, concentrando-se maioritariamente na exploração e comércio florestal.

Para terminar, é preciso insistir num ponto crucial: sendo a economia moçambicana dependente do IDE, desenhar políticas que permitam atrair investimento com características diferentes das actuais é o principal desafio neste sector. Isto também depende muito da vontade política, o que até ao momento as acções no terreno mostram não ser o caso. Embora não seja fácil, dado o facto de, por ser dominante, o IDE determinar as características do investimento em Moçambique, é necessário fazer coincidir o gesto e a palavra, para que o discurso de combate à pobreza, de enfoque na produção de alimentos, não passe de mera retórica. É preciso ter uma política agrícola clara e não vulnerável a interesses de momento, como foi o caso da jatropa, cujo cultivo foi propagandeado sem uma análise das suas implicações, redundando em mais pobreza.

## REFERÊNCIAS

- Brito, L. de, 2010. Discurso político e pobreza em Moçambique. Análise de três discursos presidenciais. In C. Castel-Branco *et al.*, eds. *Pobreza, desigualdade e vulnerabilidade em Moçambique*. Maputo: IESE, pp. 49 – 64.
- Canal de Moçambique, 2008. População de Pebane abandona a cultura de jatropa, 10 de Janeiro. Disponível em: <http://w.canalmoz.co.mz/component/content/article/3-artigos-2008/12697-populacao-de-pebane-abandona-a-cultura-de-jatropa-.html>.
- Canby et al., 2008. Forest products trade between China & Africa. An analysis of imports and exports, Forest Trends. Disponível em: <http://www.forest-trends.org/documents/publications/ChinaAfricaTrade.pdf>.
- Castel-Branco, 2010. Economia extractiva e desafios de industrialização em Moçambique. In Castel-Branco C. *et al.*, eds. *Economia extractiva e desafios de industrialização em Moçambique*. Maputo: IESE, pp. 19 – 109.
- Castel-Branco, C.N. & Mandlate, O., 2012. Da Economia Extractiva à Diversificação da base Produtiva: o que Pode o PARP Utilizar da Análise do Modo de Acumulação em Moçambique? In L. de Brito *et al.*, eds. *Desafios para Moçambique 2012*. Maputo: IESE.
- Chichava, S., 2010a. Moçambique na rota da China. Uma oportunidade para o desenvolvimento? In Luís de Brito *et al.*, eds. *Desafios Para Moçambique 2010*. Maputo: IESE, pp. 337–351.
- Chichava, S., 2010b. “Por que Moçambique é pobre?”. Uma análise do discurso de Armando Guebuza sobre a pobreza. In Luís de Brito *et al.*, eds. *Pobreza, desigualdade e vulnerabilidade em Moçambique*. Maputo: IESE, pp. 65–82.
- CdM, 2010. *Aos órgãos de informação*, Maputo: Governo de Moçambique.
- CPI, 2009. *Relatório anual de Actividades*, Maputo: Centro de Promoção de Investimentos.
- Expresso, 2010. Número de mortos por tumultos sobe para 13, 6 de Setembro. Disponível em: <http://expresso.sapo.pt/mocambique-numero-de-mortos-sobe-para-13=f602387> [Acedido a 24 de Abril de 2012].
- GdM, 2001. *Plano de Acção para a Redução da Pobreza Absoluta, 2001–2005 (PARPA)*, Maputo: Governo de Moçambique.
- GdM, 2006. *Plano de Acção para a Redução da Pobreza Absoluta, 2006–2009 (PARPA)*, Maputo: Governo de Moçambique.

- GdM, 2011a. *Balanço do Plano Económico e Social de 2010*, Maputo: Governo de Moçambique.
- GdM, 2011b. *Plano de Acção para a Redução da Pobreza, 2011-2014 (PARP)*, Maputo: Governo de Moçambique.
- MINAG, 2010. *Plano Estratégico para o Desenvolvimento do Sector Agrário. PEDSA 2010-2019*, Maputo: Ministério da Agricultura.
- MPD, 2010. *Pobreza e bem-estar em Moçambique. Terceira avaliação nacional*, Maputo: Ministério da Planificação e Desenvolvimento.
- Notícias, 2008. `Chapas`: Governo avalia proposta de agravamento da tarifa (29 de Janeiro).
- Notícias, 2010. Depois de Maputo, tumultos atingem Manica (3 de Setembro).
- Notícias, 2011. Camponeses queixam-se ao PR: *Jatropha* sem mercado (1 de Junho).
- Notícias, 2012. Investimento abre espaço ao emprego. Na ordem de 34 mil novos postos (16 de Janeiro).
- Poulantzas, N., 1978. *As classes sociais no capitalismo de hoje*, 2a. Edição, Rio de Janeiro: Zahar editores.
- Público, 2008. Manifestações contra nova tarifa dos transportes em Maputo fazem seis feridos, 6 de Fevereiro. Disponível em: <http://www.publico.pt/Mundo/manifestacoes-contr-nova-tarifa-dos-transportes-em-maputo-fazem-seis-feridos-1318676> [Acedido a 28 de Março de 2012].